



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS COM AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: CHALLENGES FACED BY PUBLIC SCHOOL TEACHERS UNDER PRECARIOUS WORKING CONDITIONS

EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: LOS DESAFÍOS ENFRENTADOS POR LOS PROFESORES DE ESCUELAS PÚBLICAS CON LAS PRECARIAS CONDICIONES LABORALES

RESUMO

A Educação Especial e Inclusiva tem como propósito garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. No entanto, nas escolas públicas brasileiras, os professores enfrentam inúmeros desafios para efetivar práticas inclusivas, especialmente devido às precárias condições de trabalho, à falta de formação continuada e à ausência de recursos pedagógicos adequados. Este artigo busca analisar os principais desafios enfrentados pelos docentes que atuam com alunos público-alvo da educação especial, em um contexto de infraestrutura limitada e políticas públicas insuficientes. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, baseia-se em autores como Mantoan (2003), Sasaki (2010), Carvalho (2016) e Mittler (2003), além de documentos legais como a LDB [BRASIL, (Lei nº 9.394/1996)] e a Política Nacional de Educação Especial (2008). Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais e teóricos, a realidade escolar ainda está distante dos princípios da inclusão plena, sendo urgente a valorização do professor e o investimento em condições dignas de trabalho e formação. Conclui-se que a efetivação de uma educação inclusiva depende de um compromisso coletivo entre Estado, escola e sociedade, visando a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Educação especial; inclusão; professores; escolas públicas; condições de trabalho.

ABSTRACT

Special and Inclusive Education aims to ensure access, permanence, and learning for all students, regardless of their physical, sensory, intellectual, or social conditions. However, in Brazilian public schools, teachers face numerous challenges in implementing inclusive practices, especially due to precarious working conditions, lack of continuing education, and absence of adequate pedagogical resources. This article analyzes the main challenges faced by teachers working with students who are the target audience of special education in a context of limited infrastructure and insufficient public policies. The qualitative and bibliographic research is based on authors such as Mantoan (2003), Sasaki (2010), Carvalho (2016), and Mittler (2003), as well as legal documents such as the Brazilian National Education Guidelines and Framework Law (1996) and the National Policy on Special Education (2008). The results show that despite legal and theoretical advances, school reality remains distant from the principles of full inclusion. It is concluded that inclusive education requires collective commitment among the State, schools, and society to promote equity and social justice.

Keywords: Special education; inclusion; teachers; public schools; working conditions.

RESUMEN

La Educación Especial e Inclusiva tiene como propósito garantizar el acceso, la permanencia y el aprendizaje de todos los estudiantes, independientemente de sus condiciones físicas, sensoriales, intelectuales o sociales. Sin embargo, en las escuelas públicas brasileñas, los profesores enfrentan numerosos desafíos para aplicar prácticas inclusivas, especialmente debido a las precarias condiciones laborales, la falta de formación continua y la carencia de recursos pedagógicos adecuados. Este artículo analiza los principales desafíos enfrentados por los docentes que trabajan con alumnos público-objetivo de la educación especial, en un contexto de infraestructura limitada y políticas públicas insuficientes. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basa en autores como Mantoan (2003),

Sasaki (2010), Carvalho (2016) y Mittler (2003), además de documentos legales como la LDB [BRASIL, (Ley nº 9.394/1996)] y la Política Nacional de Educación Especial (2008). Los resultados muestran que, a pesar de los avances legales y teóricos, la realidad escolar aún está lejos de los principios de inclusión plena. Se concluye que la educación inclusiva requiere un compromiso colectivo entre el Estado, la escuela y la sociedad, orientado hacia la equidad y la justicia social.

Palabras-clave: Educación especial; inclusión; profesores; escuelas públicas; condiciones de trabajo.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito humano fundamental e um dos pilares para a construção de uma sociedade justa e democrática. Nesse contexto, a Educação Especial e Inclusiva surge como um movimento que busca romper com práticas excludentes e promover a valorização da diversidade no ambiente escolar. No entanto, nas escolas públicas brasileiras, esse ideal ainda se confronta com a realidade precária das condições de trabalho docente e com a falta de políticas efetivas de apoio e infraestrutura.

Os professores que atuam com alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) - estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação - enfrentam uma rotina marcada pela ausência de recursos pedagógicos, turmas superlotadas, carência de formação continuada e, muitas vezes, falta de apoio técnico e psicológico.

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores da rede pública na efetivação de práticas inclusivas, discutindo as limitações estruturais, pedagógicas e institucionais que dificultam a concretização da educação inclusiva. Além disso, busca-se refletir sobre a importância de condições de trabalho dignas e de formação adequada para que a inclusão seja efetiva e não apenas uma exigência legal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Especial e Inclusiva: Evolução e princípios

Historicamente, a Educação Especial surgiu como prática segregadora, em instituições separadas, destinadas apenas a alunos com deficiência. Apenas nas últimas décadas, com base em marcos como a Declaração de Salamanca (1994), a perspectiva inclusiva ganhou força, propondo que todas as crianças, independentemente de suas limitações, frequentem a escola regular.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão escolar é um processo social e político que exige mudanças profundas nas concepções de ensino, currículo e avaliação. Não se trata de adaptar o aluno à escola, mas de adaptar a escola à diversidade dos alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reafirma o direito de todos à educação em classes comuns, com apoio especializado. Ela define como PAEE os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2.2 O papel do professor na educação inclusiva

O professor é o principal agente de mediação no processo educativo.

Segundo Carvalho (2016), o docente inclusivo precisa desenvolver competências pedagógicas, cognitivas e afetivas que lhe permitam atender à diversidade de forma ética e eficaz. Entretanto, nas escolas públicas, a sobrecarga de trabalho e a falta de apoio institucional comprometem o desempenho do professor e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos.

Sasaki (2010) defende que a inclusão escolar só é possível quando há cooperação entre professores regulares, educadores de apoio, equipe técnica e gestores.

O trabalho colaborativo é indispensável para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma significativa e adaptada às necessidades de cada estudante.

2.3 Condições de trabalho e valorização docente

A precarização do trabalho docente é um dos principais obstáculos à efetivação da inclusão. As escolas públicas, em muitos casos, apresentam infraestrutura inadequada, falta de acessibilidade, escassez de recursos didáticos e ausência de profissionais de apoio.

De acordo com Oliveira (2019), a sobrecarga de responsabilidades e a desvalorização salarial contribuem para o adoecimento físico e mental dos professores, o que impacta diretamente a qualidade do ensino e a motivação para implementar práticas inclusivas.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) estabelece metas relacionadas à valorização do magistério e à formação continuada dos docentes. No

entanto, a execução dessas metas ainda encontra barreiras devido à falta de investimento e à fragmentação das políticas públicas.

2.4 Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas

A formação inicial e continuada em Educação Especial é essencial para que o professor compreenda as especificidades dos alunos e saiba desenvolver metodologias adequadas.

Mittler (2003) destaca que a inclusão exige um novo paradigma de ensino, baseado na colaboração, no respeito à diversidade e na aprendizagem significativa.

A BNCC (2017) reforça o compromisso das escolas com a equidade e a valorização das diferenças, propondo uma educação centrada no desenvolvimento integral e no respeito à diversidade. Assim, a prática inclusiva deve envolver adaptação curricular, uso de tecnologias assistivas e metodologias ativas que estimulem a participação de todos os alunos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, com caráter exploratório e analítico. Foram analisados livros, artigos acadêmicos, legislações e relatórios oficiais referentes à Educação Especial e Inclusiva, publicados entre 2000 e 2024.

As principais fontes de referência incluem autores nacionais e internacionais, como Mantoan (2003), Sasaki (2010), Carvalho (2016), Mittler (2003), além de documentos legais como a LDB [Brasil, (Lei nº 9.394/1996)], a Declaração de Salamanca (1994) e o Plano Nacional de Educação (2014/2024).

O método adotado foi o da análise teórica e crítica das obras, com foco nas relações entre as condições de trabalho docente e a efetivação da educação inclusiva nas escolas públicas.

A abordagem qualitativa permitiu compreender o fenômeno a partir das percepções e interpretações dos autores estudados.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados evidenciam uma contradição estrutural entre o avanço normativo da educação inclusiva no Brasil e sua efetiva materialização no cotidiano escolar. Embora o país possua um arcabouço legal robusto, sua implementação ocorre de forma desigual e, muitas vezes, simbólica.

4.1 As condições precárias nas escolas públicas

Os dados analisados revelam que a maioria das escolas públicas brasileiras não possui estrutura adequada para atender alunos com deficiência. Faltam rampas, banheiros adaptados, mobiliário acessível e recursos tecnológicos.

A análise revela que a precariedade da infraestrutura escolar não é um fator isolado, mas estrutural. A ausência de acessibilidade física, tecnológica e pedagógica demonstra que a inclusão, em muitos contextos, ocorre apenas no plano legal, sem respaldo material.

Essa realidade reforça o argumento de que a inclusão tem sido implementada sob uma lógica de “**integração forçada**”, na qual o aluno é inserido no espaço escolar sem que este esteja preparado para atendê-lo adequadamente.

A ausência de salas de recursos multifuncionais e de profissionais especializados agrava a exclusão.

Além disso, muitos professores atuam em mais de uma escola, com jornadas extenuantes e baixos salários, o que compromete o planejamento e o acompanhamento individualizado dos alunos.

4.2 Impactos das condições de trabalho na prática docente

A precarização do trabalho docente não se limita à estrutura física. Envolve também aspectos emocionais e pedagógicos.

Professores relatam sentimentos de impotência, frustração e exaustão ao tentar lidar com situações para as quais não foram preparados. Essa sobrecarga afeta a qualidade do ensino e pode levar ao adoecimento psíquico, conforme apontam Oliveira (2019) e Tardif (2014).

Os dados indicam que a precarização do trabalho docente compromete não apenas o desempenho profissional, mas também a própria viabilidade da inclusão.

A sobrecarga de funções, associada à ausência de suporte institucional,

produz um cenário de desgaste emocional que limita a capacidade pedagógica do professor. Nesse sentido, a inclusão deixa de ser uma prática emancipatória e passa a representar um fator adicional de pressão sobre o docente.

Observa-se, portanto, que há uma transferência implícita de responsabilidade do Estado para o professor, sem a devida contrapartida em formação, recursos e apoio técnico.

4.3 A importância da formação continuada

A formação continuada é apontada como condição essencial para o sucesso da inclusão.

Segundo Carvalho (2016), é preciso que os cursos de capacitação abordem não apenas o conhecimento técnico sobre deficiência, mas também práticas pedagógicas que favoreçam a aprendizagem colaborativa e a valorização das potencialidades dos alunos.

Embora a formação continuada seja frequentemente apontada como solução, os resultados indicam que ela, isoladamente, não resolve o problema.

A formação, quando desvinculada de condições concretas de trabalho, tende a ter impacto limitado. Assim, torna-se necessário compreender que a qualificação docente deve estar articulada a políticas estruturais mais amplas.

4.4 Políticas públicas e financiamento

Apesar da existência de políticas nacionais voltadas à inclusão, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a implementação nas redes públicas ainda é insuficiente. Falta investimento em formação docente, infraestrutura e apoio pedagógico.

A descentralização das políticas educacionais, sem o devido repasse de recursos, torna os municípios os principais responsáveis pela inclusão, mas sem condições financeiras adequadas.

As políticas públicas analisadas demonstram avanços no plano discursivo, mas fragilidades na execução. A descentralização da educação, sem financiamento adequado, contribui para aprofundar desigualdades regionais.

Isso evidencia uma lacuna entre formulação e implementação, revelando que a inclusão escolar ainda não é tratada como prioridade orçamentária.

4.5 Possíveis caminhos para superação

Entre as propostas identificadas na literatura, destacam-se: valorização e remuneração justa dos professores; investimento em infraestrutura e acessibilidade; fortalecimento da formação continuada e das parcerias interdisciplinares; criação de equipes multiprofissionais permanentes; políticas de saúde mental para o corpo docente; monitoramento efetivo das políticas de inclusão.

Essas ações, articuladas entre governos, escolas e sociedade civil, podem reduzir a distância entre o discurso e a prática da inclusão.

As propostas identificadas na literatura apontam caminhos viáveis, porém dependentes de vontade política e investimento público consistente.

A superação dos desafios exige uma abordagem sistêmica, que envolva:

- valorização docente real (não apenas discursiva)
- financiamento adequado
- reorganização das práticas pedagógicas
- suporte multiprofissional contínuo

Sem essas condições, a inclusão tende a permanecer como um ideal normativo distante da realidade escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial e Inclusiva representa um compromisso ético e político com a igualdade de direitos e oportunidades. Contudo, os professores das escolas públicas enfrentam inúmeros desafios para tornar esse ideal uma realidade concreta. A precariedade das condições de trabalho, a ausência de recursos e a falta de formação adequada comprometem a qualidade da inclusão escolar.

Conclui-se que a inclusão plena exige mais do que legislação: requer valorização docente, investimento público e compromisso coletivo. A educação inclusiva só será efetiva quando cada escola estiver preparada para acolher, ensinar e respeitar a diversidade humana em todas as suas dimensões.

A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende do reconhecimento do professor como protagonista e da escola como espaço de transformação social e cidadania.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE (2014/2024). Brasília: MEC, 2014.
- CANDAU, Vera Maria. Educação, direitos humanos e inclusão. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos-is-. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- DECLARAÇÃO de Salamanca. UNESCO, Espanha, 1994.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. O trabalho docente na educação básica: velhos e novos desafios. Campinas: Autores Associados, 2019.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2014.
- UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação. Paris: UNESCO, 2016.

